

Estudo da Unafisco mostra que isentar faixa salarial de até R\$ 3 mil beneficiaria 4,3 milhões de contribuintes

ISENÇÕES

R\$ 400 BI

Isonções sobre lucros e dividendos e para igrejas e entidades filantrópicas, além de redução do Simples, somaram R\$ 400 bilhões no ano passado.

R\$ 73,87 BI

Aumento da faixa de isenção para R\$ 3 mil representaria uma redução de R\$ 73,87 bilhões na arrecadação do governo. Se diminuísse dos R\$ 400 bi ainda sobriam R\$ 326,13 bilhões.



TABELA IRPF ANUAL ANO-CALENDÁRIO 2020/ EXERCÍCIO 2021

Referente às rendas auferidas no decorrer de 2020, a serem declaradas em abril de 2021

SEM CORREÇÃO - Ano-cal. 2020 (EX 2021)			Alíquota	Correção INTEGRAL	COM CORREÇÃO INTEGRAL - Ano-cal. 2020 (EX 2021)			Correção PARCIAL (Correção mínima do compromisso de campanha do Governo Bolsonaro - IPCA 2018-2019)	COM CORREÇÃO PARCIAL - Ano-cal. 2020 (EX. 2021)		
Base de cálculo		Parcela a deduzir			Base de cálculo		Parcela a deduzir		Base de cálculo		Parcela a deduzir
De	Até				De	Até			De	Até	
Até	R\$ 22.847,76	-	isento	103,87%	Até	R\$ 46.579,73	-	8,21%	Até	R\$ 24.723,56	
R\$ 22.847,77	R\$ 33.919,80	R\$ 1.713,58	7,50%	103,87%	R\$ 46.579,74	R\$ 69.152,30	R\$ 3.493,48	8,21%	R\$ 24.723,57	R\$ 36.704,62	R\$ 1.854,26
R\$ 33.919,93	R\$ 45.012,60	R\$ 4.257,57	15,00%	103,87%	R\$ 69.152,31	R\$ 91.767,19	R\$ 8.679,91	8,21%	R\$ 36.704,63	R\$ 48.708,13	R\$ 4.607,12
R\$ 45.012,61	R\$ 55.976,16	R\$ 7.633,51	22,50%	103,87%	R\$ 91.767,20	R\$ 114.118,60	R\$ 15.562,44	8,21%	R\$ 48.708,15	R\$ 60.571,80	R\$ 8.260,22
Acima de	R\$ 55.976,16	R\$ 10.432,32	27,50%	103,87%	Acima de	R\$ 114.118,60	R\$ 21.268,37	8,21%	Acima de	R\$ 60.571,80	R\$ 11.288,81
Dedução por dependente	R\$ 2.275,08	-	-	103,87%	Dedução por dependente	R\$ 4.638,21	-	8,21%	Dedução por dependente	R\$ 2.461,86	-
Dedução educação (limite)	R\$ 3.561,50	-	-	103,87%	Dedução educação (limite)	R\$ 7.260,83	-	8,21%	Dedução educação (limite)	R\$ 3.853,90	-
Desconto padrão (limite)	R\$ 16.754,34	-	-	103,87%	Desconto padrão (limite)	R\$ 34.157,07	-	8,21%	Desconto padrão (limite)	R\$ 18.129,87	-

RESULTADOS - AC 2020 (EX. 2021)	LIMITE DE ISENÇÃO (MENSAL)	QUANT. ISENTOS	DIFERENÇA QUANT. ISENTOS
SEM CORREÇÃO	R\$ 1.903,98	11.809.708	-
CORREÇÃO INTEGRAL (103,87%)	R\$ 3.881,64	24.818.883	13.009.175
CORREÇÃO PARCIAL (8,21%)	R\$ 2.060,30	14.549.057	2.739.349

QUANTIDADE DE DECLARANTES

33.208.189

Fonte: Unafisco Nacional - Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil

Retenção na fonte: prazo acaba dia 26

► O período de entrega do Imposto de Renda Pessoa Física está chegando e muitos empregadores domésticos devem se atentar à necessidade de entregar a Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte a seus empregados domésticos que tiveram rendimentos sujeitos à retenção de Imposto de Renda.

Esse documento deve ser entregue até o dia 26 de fevereiro, às 23h59min59s e, caso esse prazo não seja cumprido, será cobrada multa pelo atraso. Para emissão desse documento o empregador deve acessar: <https://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/dirf-declaracao-do-imposto-de-renda-retido-na-fonte/tabelas-pgds/programa-gerador-da-declaracao-dirf-2021>, ou procurar uma empresa especializada.

“Falta muito conhecimento das pessoas desse tema, assim, é fundamental que a pessoa que contratou trabalhador doméstico faça uma análise para saber se há o enquadramento nessa obrigatoriedade”, explica Richard Domingos, diretor executivo da Confirp Consultoria Contábil.

Ele explica que para saber é preciso enviar esse documento se deve verificar se houve o desconto do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) no pagamento de salário, férias, 13º salário ou rescisão do empregado doméstico, pelo menos uma vez, durante o ano-base de 2020. Se houver o desconto, é preciso entregar a declaração. Além disso, se o empregado recebeu vencimentos a partir de R\$ 28.559,70 durante o este período, também é preciso declarar.

“Não documento devem constar as informações das referidas retenções, para que assim os empregados possam entregar suas declarações. O valor desta multa é de 2% sobre o montante dos tributos e das contribuições, limitadas a 20%.

“É muito importante que as pessoas físicas tenham grande cuidado na hora de enviar essas informações”, diz.

Promessas de campanha não cumpridas

► É importante lembrar que desde a campanha, Bolsonaro, em um aceno à classe média, prometia ampliar a isenção do tributo. Na época, o compromisso era passar o limite para cinco salários mínimos (hoje, seria o equivalente a R\$ 5,5 mil). Mas agora são R\$ 3 mil.

“Vamos tentar pelo menos para 2022 passar para R\$ 3 mil. Está hoje em dia mais ou menos R\$ 2 mil, nós gostaríamos de passar para R\$ 5 (mil). Não ia ser de uma vez toda, mas daria até o final do nosso mandato para fazer isso aí. Não conseguimos por causa da pandemia”, disse o presidente, em transmissão em suas redes sociais no dia 14 de janeiro.

Outras promessas também não foram cumpridas. Em outubro de 2018, Bolsonaro publicou em seu Facebook: “Nós temos tudo para ganhar no primeiro turno e ganharíamos três semanas para montar um ministério enxuto, com no máximo 15 ministros, que possa representar os interesses da população, não de partidos”. A promessa não foi cumprida. Em 1º de janeiro de 2019, Bolsonaro deu posse a 22 ministros. Em junho de 2020, para atender a um pedido do Centrão, recriou o Ministério das Comunicações e nomeou o deputado Fábio Faria (PSD-RN), chegando a 23 pastas.

Na ocasião, afirmou sobre a promessa: “Algumas coisas nós exageramos, né. Num país continental como esse, a gente queria 15 ministérios. Montamos um número, depois chegou a 22. E o ministério em si não tem muita despesa a mais sendo criado ou não mais um ministério. Não é por aí”.

No mesmo mês de 2018, o então candidato disse em entrevista ao Jornal Nacional que pretendia reunir o parlamento e juntos criarem



uma nova Reforma Política. “Pretendo acabar com o instituto da reeleição. No caso, começa comigo se eu for eleito. E diminuir um pouco em 15, 20% a quantidade de parlamentares”.

Mas... Em junho do ano passado, Bolsonaro acenou para a possibilidade de tentar um segundo mandato consecutivo. “Se tiver uma boa Reforma Política, eu posso até nesse caldeirão jogar fora a possibilidade de reeleição. Agora, se não tiver uma boa reforma e se o povo

quiser, estamos aí para continuar mais quatro anos”.

A criação de uma renda mínima para a população vulnerável também foi outra promessa não cumprida. “Acima do valor do Bolsa Família, pretendemos instituir uma renda mínima para todas as famílias brasileiras. (...) Nossa meta é garantir, a cada brasileiro, uma renda igual ou superior ao que é atualmente pago pelo Bolsa Família”. O que não se concretizou.



Vamos tentar pelo menos para 2022 passar para R\$ 3 mil. Está hoje em dia mais ou menos R\$ 2 mil, nós gostaríamos de passar para R\$ 5 (mil)”

JAIR BOLSONARO

